

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

“CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EDUCACIONAL PARA OFERTA DE OFICINAS DE CONTRATURNO, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO EM TEMPO INTEGRAL.”

INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 14.133/2021 estabeleceu que o planejamento das licitações possui uma hierarquia de princípios, proporcionando aos gestores públicos ferramentas para a governança e implementação desse princípio. As contratações públicas são meios para concretizar as políticas públicas, e seu planejamento resulta em contratações mais eficazes.

Assim, a realização de estudos prévios à contratação permite conhecer novas modelagens/metodologias oferecidas pelo mercado, resultando em uma melhor qualidade dos gastos e promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Nesse contexto, o presente documento, essencial ao planejamento, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, representa a primeira etapa da fase de planejamento. Isso porque apresenta os estudos necessários para a contratação da solução que atenderá à necessidade especificada. Dessa forma, busca-se garantir a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública planejada, assim como o levantamento dos elementos essenciais que servirão de base para compor o anteprojeto, termo de referência ou projeto básico, caso a viabilidade da contratação seja confirmada.

O objetivo principal é estudar minuciosamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em conformidade com as normas vigentes e os princípios que regem a Administração Pública, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes para a contratação.

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – JUSTIFICATIVA

Previsão legal: art. 18, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/21

A Lei 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação para o decênio 2015/2024, apresenta em sua meta 06 o seguinte objetivo:

"Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica."

Em conformidade com a legislação em vigor, a União, por meio da lei n.º 14.640/2023, estabeleceu o Programa Escola em Tempo Integral - ETI, com o propósito de incentivar a criação de matrículas em tempo integral nos municípios. Esse programa inclui o repasse de recursos financeiros e assistência técnica para a implementação de novas matrículas de educação em tempo integral.

Reconhecendo a importância desse contexto e visando a ampliação e reestruturação do ensino em tempo integral na rede municipal de ensino do município, em consonância com as necessidades locais, o Currículo Referência de Minas Gerais, a Base Nacional Comum Curricular e o diagnóstico realizado pela equipe pedagógica municipal, foram definidos os seguintes macrocampos de atividades complementares para a execução do Tempo Integral e o atendimento de 40 (quarenta) alunos:

- **1 - Psicomotricidade em ação** - Trabalha os movimentos através do corpo, seus sentimentos e cognições. Essa prática permite estimulação psicomotora e reintegração psicomotora;
- **2 - Educação Socioemocional:** Trabalhar a inteligência emocional e promover o conhecimento das emoções, bem como das habilidades sociais.
- **3 - Criatividade e expressão** – Trabalha as habilidades artísticas, proporcionando o desenvolvimento motor fino, criatividade, técnicas de produção artísticas diferenciadas e interpretação de imagens;
- **4 - Estimulação em Neuroeducação** – Desenvolve nas crianças habilidades de amadurecimento cognitivo e funções executivas;
- **5 - Futebol e futsal** – Promove a socialização, ensina as crianças a lidarem com a derrota e vitória, trabalha a importância da disciplina e desenvolvimento físico e comportamental.

Cada aluno fará uma carga horária semanal de 40 (quarenta) horas/aula, ou seja, 5 (cinco) horas/aula a mais que a carga horária mínima exigida para caracterização do ensino em tempo integral.

A seleção dos alunos que participarão do programa levará em conta a situação socioeconômica, conforme prevê a PMETI. Haverá ampla publicidade em todos os momentos do processo de implantação.

Para atender aos parâmetros estabelecidos na lei n.º 14.640/2023, assim como o MANUAL DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA divulgado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, de forma a executar legalmente os recursos e, em consonância com as condições da rede municipal de educação, sobretudo quanto ao pessoal disponível, espaços adequados e produção de material didático, decidiu-se pela contratação de uma empresa especializada para ampliar e melhorar a oferta de tempo integral no município de Miradouro.

Pela natureza do serviço e pela necessidade do município, optou-se pela contratação de uma solução que envolva todas as etapas do processo:

- oferta de material didático-pedagógico;
- construção de laboratório;
- contratação e capacitação dos profissionais que atuarão no tempo integral;
- oferta de pessoal capacitado para atuar nos macrocampos estabelecidos;
- avaliação do processo e apresentação de relatórios mostrando os resultados do processo;
- criação e implementação de um indicador municipal de qualidade da educação em tempo integral.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Previsão legal: art. 18, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/21

O Plano de Contratações Anual ainda não está elaborado. Convém salientar que conforme artigo 23 do Decreto Municipal nº. 175/2023, até 2023 o PCA será facultativo, passando a ser obrigatória a sua elaboração a partir de janeiro de 2024, para o início de vigência a partir de 2025.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Previsão legal: art. 18, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/21

Para que o objeto seja contratado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente, os dispostos nos arts. 66, 67, 68e 69, da Lei nº 14.133/2021. Sendo assim, os documentos exigidos serão os listados abaixo:

3.1. Habilitação jurídica:

3.1.1. Documento de identidade dos sócios que representam legalmente a sociedade.

3.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual.

3.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada.

3.1.3.1.1. O documento deverá ser acompanhando da última alteração, se for o caso, ou apenas o ato constitutivo consolidado.

3.1.3.2 No caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.

3.1.4. Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício, no caso de sociedade civil.

3.1.5. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.6. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresário individual.

3.1.7. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, no caso de microempreendedor individual (MEI).

3.2. Habilitação técnico-profissional e técnico operacional:

3.2.1. Comprovação de Capacidade Técnica através da apresentação de Certificados de conclusão de cursos de formação do corpo técnico, profissionais responsáveis pela coordenação pedagógica e capacitação, a saber:

- 1 - Psicomotricidade em ação** - especialização em psicomotricidade;
- 2 - Educação Socioemocional:** formação em psicopedagogia;
- 3 - Criatividade e expressão** – especialização em educação inclusiva;
- 4 - Estimulação em Neuroeducação** – formação em neuroaprendizagem;
- 5 - Futebol e futsal** – especialização em futebol e futsal;

3.2.1.1 - A comprovação de vínculo dos profissionais poderá ser por intermédio de apresentação de contrato social, contrato de prestação de serviços e CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social.

3.2.2 Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que demonstre capacidade de execução de objeto similar.

3.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

3.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

3.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

3.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado.

3.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela secretaria competente do Município.

3.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal.

3.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

3.4. Habilitação econômico-financeira:

3.4.1 Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

3.4.2 – Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante (Modelo - ANEXO IV).

3.4.3 - Para comprovação da boa situação financeira, a empresa deverá apresentar declaração assinada pelo contador, demonstrando que a empresa se enquadra nos índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{Índice mínimo: 1,0}$$

$$\text{Passivo Circulante Liquidez Geral} = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})} = \text{Índice mínimo: 1,0}$$

$$\text{Solvência Geral} = \frac{\text{Ativo Total}}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})} = \text{Índice mínimo: 1,0}$$

4. QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS DA CONTRATAÇÃO

Previsão legal: art. 18, § 1º, inciso IV e VI, da Lei nº 14.133/21

Para a necessária ampliação e atendimento do novo formato, estima-se uma necessidade de abrangência de 40 (quarenta) alunos atendidos no ano de 2024, o que justifica a quantitativo abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantdd.	Valor Global
01	IMPLANTAÇÃO, REMODELAÇÃO DOS ESPAÇOS PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES, CONTRATAÇÕES DOS AGENTES EDUCACIONAIS, CAPACITAÇÃO INICIAL, COORDENAÇÃO, CAPACITAÇÕES CONTINUADAS E MATERIAL DIDÁTICO	Un	01	R\$ 173.061,00

A solução está estimada em R\$173.061,00 (cento e setenta e três mil, sessenta e um reais).

Dotação orçamentária:

3.3.90.39.00.2.04.00.12.361.0202.2.0044 Fonte 1.569.000

3.3.90.39.00.2.04.00.12.361.0202.2.0044 Fonte 1.550.000

3.3.90.39.00.2.04.00.12.361.0202.2.0044 Fonte 1.500.000

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Previsão legal: art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/21

5. Para fins de levantamento de mercado, foram realizadas buscas através de fontes de mapas analíticos de preços, conforme informações abaixo e contratos anexos:

5.1 - Análise do contrato da empresa MATEUS BUZATTA

- ✓ Valor da hora aula é de R\$ 121,88 (cento e vinte e um reais e oitenta e oito centavos)

V_{HA1} : Valor hora/aula


$$V_{HA1} = 121,88 \text{ reais}$$

5.2 - Análise do contrato da empresa SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC)

V_{HA2} : Valor hora/aula

$$V_{HA2} = 148,81 \text{ reais}$$

5.3 - Análise do contrato da Empresa JONAS DEVILLA e a Prefeitura Municipal de São Domingos do Sul/RS

V_{HA3} : Valor hora/aula

$$V_{HA3} = 106,00 \text{ reais}$$

5.4 - Análise do contrato da empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI)

- ✓ Valor do contrato é de R\$ 48.370,00 (quarenta e oito mil, trezentos e setenta reais).
- ✓ O projeto tem um total de 280 horas.

$$V_{HA4} = \frac{V_{TC4}}{T_{HA4}}$$

V_{HA} : Valor hora/aula

V_{TC4} : Valor total do contrato

T_{HA4} : Total de hora/aula

$$V_{HA4} = \frac{48370}{280}$$

$$V_{HA4} = 172,75 \text{ reais}$$

Fontes: Portal Nacional de Contratações Públicas e Portal da Transparência dos Municípios

<https://pncp.gov.br/app/contratos/04213529000144/2023/5>

<https://pncp.gov.br/app/contratos/83102574000106/2024/57>

<https://pncp.gov.br/app/contratos/92406453000130/2024/8>

<https://pncp.gov.br/app/contratos/83102574000106/2024/63>

5.5 - Conclusão

Foram apresentados quatro contratos com informações de prestação de serviço. A média aritmética dos valores por hora/aula foi de

$$\underline{R\$ 121,88 + R\$148,81 + R\$106,00 + R\$172,75} = R\$ 137,35$$

Para o projeto a ser implantado no município de Miradouro -MG, será necessária uma prestação de serviço de 40 (quarenta) horas semanais para o ensino no Tempo Integral, nos macrocampos estabelecidos.

Utilizando como base os estudos dos valores apresentados e a equação abaixo, expressa o valor médio para contratação,

$$V_{MC} = N_{HS} * N_{S/M} * N_M * V_{HA}$$

V_{MC} : Valor médio para contratação

N_{HS} : Número de horas/aula e de capacitações semanais

$N_{S/M}$: Número de semanas por mês

N_M : Número de meses

V_{HA} : Valor hora/aula

é possível determinar o valor médio para a contratação que solicitamos.

$$V_{MC} = 40 * 4,5 * 7 * 137,35$$

$$V_{MC} = 173.061,00$$

Miradouro - MG

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Previsão legal: art. 18, § 1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/21

A contratação em tela visa dar continuidade as atividades que dão operacionalização e adequação à Administração Pública em suas atribuições finalísticas, uma vez que, os itens são de extrema necessidade e utilizados na rotina administrativa, compreendendo serviços pedagógicos, coordenação, capacitação, fornecimento de material e personalização de ambiente educacional.

SERVIÇOS PEDAGÓGICOS

- Atender até 40 alunos, do ensino fundamental I, distribuídos em 02 turmas, as quais terão (04) quatro horas/aulas por dia, com desenvolvimento de atividades dos macrocampos descritos abaixo:
 - **1 - Psicomotricidade em ação** - Trabalha os movimentos através do corpo, seus sentimentos e cognições. Essa prática permite estimulação psicomotora e reintegração psicomotora;
 - **2 - Educação Socioemocional:** Trabalhar a inteligência emocional e promover o conhecimento das emoções, bem como das habilidades sociais.
 - **3 - Criatividade e expressão** – Trabalha as habilidades artísticas, proporcionando o desenvolvimento motor fino, criatividade, técnicas de produção artísticas diferenciadas e interpretação de imagens;
 - **4 - Estimulação em Neuroeducação** – Desenvolve nas crianças habilidades de amadurecimento cognitivo e funções executivas;
 - **5 - Futebol e futsal** – Promove a socialização, ensina as crianças a lidarem com a derrota e vitória, trabalha a importância da disciplina e desenvolvimento físico e comportamental.
- Ofertar assessoria para construção de organização de espaço e tempo para desenvolvimento das atividades complementares;
- Ofertar assessoria da logística de atendimento aos alunos nas atividades complementares;
- Ofertar assessoria jurídico-pedagógica para adequação dos Regimentos Escolares, das Propostas Político-Pedagógicas, se necessário;
- Ofertar assessoria jurídico-contábil para construção do planejamento orçamentário para implantação do programa de tempo integral;
- Contratação de 03 (três) agentes educacionais, para desenvolvimento das atividades junto aos alunos, com carga horária mínima de 06 (seis) horas por dia, incluindo capacitação.

Obs.: Todo e quaisquer gastos ou despesas com pessoal técnico especializado, deslocamento, transporte, tributos, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou despesas incidentes desta contratação, ficará por conta da contratada.

. Ofertar coordenação pedagógica, com especialização em psicomotricidade, formação em psicopedagogia, especialização em educação inclusiva, formação em neuroaprendizagem e especialização em futebol e futsal.

. Ofertar 04 (quarto) horas de capacitação inicial e 05 (cinco) horas, semanais, de capacitação continuada dos agentes educacionais, através de atendimento on-line, com equipe especializada de acordo com cada macrocampo, para apresentação de planejamento de aulas, explanação das atividades a serem desenvolvidas e compartilhamento de experiências.

Obs.: A empresa a ser contratada deverá informar à Secretaria Municipal de Educação o calendário e horário de treinamento dos agentes educacionais, disponibilizando, ainda, o link de acesso das capacitações, quando for on-line.

. Ofertar coordenação geral, composta por um coordenador, com formação em administração ou gestão pública, responsável por acompanhar as capacitações, organizar os cronogramas de horários e espaços, contratar e acompanhar os agentes educacionais e traçar linhas de ação e planejamento constante;

. Realizar auditoria semestral para acompanhamento em relação aos seguintes itens: Pontualidade, aplicação de técnicas de expressão corporal por parte do agente educacional, além de dinâmica das aulas, administração do tempo e comportamento dos alunos.

FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO

- 05 (cinco) e-books, um para cada macrocampo, com planejamento das aulas e com atividades a serem desenvolvidas pelos agentes educacionais em cada aula, ou seja, manual do agente educacional, de acordo com carga horária anual;

LABORATÓRIOS – AMBIENTES PERSONALIZADOS

Projeto arquitetônico com fundamentação pedagógica para 02 (duas) salas de aula personalizadas, compostas por conjunto de tecnologias e recursos que permitem potencializar o aprendizado e o engajamento individualizado do aluno, considerando as medidas e características do ambiente disponibilizado pela secretaria de educação, com, no mínimo 16 metros quadrados.

- . Remodelação do espaço para desenvolvimento de atividades multidisciplinares para atendimento dos macrocampos detalhados acima, contendo:
- . Tapete sensorial (grama sintética), em tamanho equivalente a área do piso das salas de aula disponibilizadas pela secretaria de educação, com no mínimo, 16 metros quadrados.
- . 40 (quarenta) pufes, quadrados, nas cores bege ou verde claro, medindo 40x40x40cm.
- . Palco construído em MDF, Branco Tx, com medidas de acordo com tamanho da sala e instrumentos para teatro (argolas, tecidos acrobáticos e cortinas para palco).

MOBILIÁRIO PLANEJADO:

- . 01 (um) Armário em MDF, Branco Tx, 120x65x25cm, sem puxador, 4 portas de abrir e uma prateleira interna.
- . 02 (duas) Estantes em MDF, Branco tx, Medida: 90x20cm, será fixada na parede com 2 suportes mão francesa invertida de 20cm, espaço interno.
- . 02 (duas) mesas do professor, em MDF, na cor branco, com acabamento em encaixe, medindo 150x65x50cm.
- . 04 (quatro) mesas dos alunos, em MDF Tx, redondas, na cor branco, com acabamento em encaixe, medindo 110x65cm.
- . 05 (cinco) mesas dos alunos, em MDF, na cor branco, com acabamento em encaixe, medindo 150x65x50cm.
- . 02 (dois) Quadros Branco Fórmica, com cavalete e rodas, medindo: 90x120cm.
- . 02 (dois) Aparelho Smart TV, com no mínimo 40", novo, na caixa.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Previsão legal: art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21

Para a solução em questão não será adotada o parcelamento haja vista a possibilidade de elevado número de processos licitatórios, contratos, o que pode onerar o trabalho da Administração, sob o ponto de vista do emprego de recursos

humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A separação do objeto pode ocasionar prejuízos à Administração, quando não houver o sincronismo dos fornecimentos a serem entregues no que se refere aos fluxos, que podem ser interrompidos por eventuais desarmonias entre os fornecedores, prejudicando o cronograma da Administração.

Assim, embora exista a possibilidade de separação dos itens há um alto risco de prejuízo à eficiência da operação, e conseqüentemente a eficácia os resultados pretendidos. Além disso, com a contratação de um único fornecedor é possível realizar o dimensionamento adequado do material necessário para a execução dos trabalhos, reduzindo perdas e ampliando a eficiência na aplicação dos materiais.

Ademais, lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, tempestividade e garantias dos produtos. Portanto, o parcelamento incorreria em aumento de custo administrativo. Desse modo, a licitação deverá ser composta por um único grupo para aquisição de materiais.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Previsão legal: art. 18, § 1º, inciso IX, da Lei nº 14.133/21

Com a presente contratação deseja-se alcançar os objetivos seguintes, divididos em três pilares fundamentais:

1.1.1 Desenvolvimento de Proposta Pedagógica:

- a) Elaboração de uma proposta pedagógica que contemple as especificidades locais.
- b) Promoção da interdisciplinaridade, desenvolvimento de competências e habilidades.
- c) Inclusão e valorização da diversidade.

1.1.2 Infraestrutura para ampliação do Ensino em Tempo Integral:

Adaptação de infraestrutura física adequada para a oferta de ensino em tempo integral.

1.1.3 Coordenação, capacitação dos agentes educacionais e fornecimento de material:

Assegurar que a implementação do programa contribuirá para o cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação.

9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Previsão legal: art. 18, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133/21

Em razão do grau de complexidade da contratação não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Previsão legal: art. 18, § 1º, inciso XI, da Lei nº 14.133/21

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Previsão legal: art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/21

A presente contratação não gera impactos ambientais diretos.

12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Previsão legal: art. 18, § 1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/21

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

GUILHERME ROSA DA SILVA
Acessor de Secretaria